

## **NABUCO, Joaquim**

\*dep. geral PE 1879-1881, 1885 e 1886-1889; emb. Bras. Inglaterra 1899-1905; emb. Bras. EUA 1905-1910.

*Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo* nasceu no Recife em 19 de agosto de 1849, quarto filho de José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna de Sá Barreto. Seu pai, de origem baiana, se estabelecera em Pernambuco, onde se tornou juiz e casou com a sobrinha do poderoso marquês do Recife, aliando-se à oligarquia conservadora da província da qual fazia parte a família da esposa, os Pais Barreto. Dois dias antes do nascimento de Joaquim, presidiu o júri que condenou à prisão perpétua os principais chefes da Revolução Liberal de 1848.

Três integrantes da linha paterna, o tio-avô, o avô e o pai, foram senadores vitalícios do Império. Antes do Senado, o pai exerceu o mandato de deputado em várias legislaturas. Apesar do começo conservador, veio a ser um dos mais importantes líderes do Partido Liberal, várias vezes ministro da Justiça, presidente de província, membro do Conselho de Estado, advogado e jurista de projeção na Corte. Encarnou quase o protótipo ideal do integrante da elite política imperial, os “construtores da Ordem”, na fórmula de José Murilo de Carvalho, caracterizados pela homogeneidade de treinamento e ideologia resultante de elementos comuns como a formação jurídica, a experiência como magistrados, a aversão a doutrinas revolucionárias.

Joaquim estava com poucos meses de idade quando o pai, eleito deputado, partiu com a família para o Rio de Janeiro, confiando o menino aos cuidados da madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, dona do engenho Massangana. Seus primeiros anos formativos transcorreram sob a influência predominante da madrinha e verdadeira mãe afetiva, que o educou como um príncipe, dando-lhe preceptor privado e escravo de serviço. Mais tarde, recrearia com grande poder evocativo, em *Minha formação*, o mundo encantado do engenho e episódios reveladores como o do jovem escravo fugido que se arroja aos pés do menino de sete anos, implorando-lhe que o compre para libertá-lo da crueldade do amo.

Não havia completado oito anos quando a morte de dona Ana Rosa o obrigou, em 1857, a abandonar a privilegiada existência protegida de filho único e a juntar-se, na Corte, à família de mais quatro irmãos, onde se sentia como um órfão. Um segundo trauma foi a decisão do pai, em 1859, de enviá-lo como interno ao colégio em Friburgo dirigido pelo afamado professor bávaro, barão de Tautphoeus.

O sábio europeu exilado nos trópicos exerceu profunda influência formadora sobre o aluno, que considerava o de maior inteligência que havia tido. Este lhe retribuiu a admiração, dedicando-lhe belo capítulo em *Minha formação* e acompanhando-o de volta ao Rio de

Janeiro quando o barão passou a ensinar no Colégio Pedro II. Lá estudou durante os cinco anos seguintes, concluindo o curso, sem brilho especial, em 1865, ao lado do futuro presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, ganhador quase invariável dos primeiros prêmios.

Em 1866 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo pertencido à turma na qual se destacaram Castro Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Pouco interessado pelos estudos jurídicos, manteve intensa atividade nos grêmios político-literários e nos jornais que animavam a vida acadêmica. Datam desses anos as primeiras manifestações do liberalismo progressista que seria sua ideologia política, propagada pelo exemplo inspirador de José Bonifácio, o Moço, professor, incomparável orador parlamentar e líder político da mocidade da Academia.

De acordo com o costume da época, transferiu-se no quarto ano do curso para o Recife. Sem a presença eletrizante de Castro Alves, a vida acadêmica recifense pareceu-lhe a princípio menos estimulante. No entanto, o retorno à terra natal revelou-se base preparatória essencial para a futura carreira parlamentar como representante do eleitorado da capital pernambucana. Fase de intensas leituras, esses anos lhe permitiram escrever seu primeiro ensaio, inacabado, *A escravidão* (só publicado em 1999), prenúncio da causa a que dedicaria o melhor da existência. Despertou a atenção favorável de chefes liberais amigos de seu pai pela ação decisiva com que ajudou a evitar cisão entre radicais e moderados do partido. Consagrou-se junto ao grande público ao defender no júri, no último ano do curso, o escravo Tomás, anteriormente condenado à morte por haver assassinado o amo e um guarda, obtendo redução da sentença à prisão perpétua com trabalhos forçados.

Ao receber em novembro de 1870 o grau de bacharel, encerrava, aos 21 anos, a etapa formal de sua educação. Recebera a melhor formação que o Brasil daquele tempo podia proporcionar. Tratava-se de educação de cunho aristocrático no duplo sentido empregado por Jacques Lambert em *Os dois Brasis*: pelo acesso limitado a uma insignificante parcela da população e pelo conteúdo concentrado em línguas e humanidades, estudos pouco apropriados para quem precisasse “ganhar a vida”. Com todas as deficiências, o sistema produzia excelentes resultados para os raros afortunados: cultura literária apurada, conhecimento das correntes de idéias dominantes na Europa, facilidade de expressão em francês, a língua da cultura, treino retórico, sensibilidade humanística.

Graças a tais dotes deixou realizações de valor excepcional e duradouro nos três setores que sucessivamente dominaram sua existência. Correspondem cada um a uma fase bem delimitada de mais ou menos dez anos de duração: a de principal líder parlamentar do abolicionismo (1878-1889); a de puro intelectual dedicado a escrever sua obra histórica e literária durante o autoexílio após a queda da Monarquia (1889-1899); a do diplomata a

serviço da República (1899-1910).

#### PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES, PRIMEIRAS VIAGENS

Da formatura à primeira eleição como deputado, teve de atravessar oito anos de interregno frustrante devido a indecisões e tentativas goradas, como a fugaz passagem pela banca de advocacia do pai. O período valeu, no entanto, como aprendizado do jornalismo e da crítica, bem como pela descoberta do mundo nas primeiras viagens ao exterior. São dessa época suas primeiras publicações: *Camões e os Lusíadas* (1872); *Le droit au meurtre*, do mesmo ano, refutação de tese de Alexandre Dumas, filho, em favor do assassinato da esposa adúltera; *O Partido Ultramontano* (1873), panfleto anticlerical redigido durante a Questão Religiosa; a coletânea de versos *Amour et Dieu* (1874).

*A Reforma*, órgão liberal, publicou seus primeiros artigos filosóficos e os de defesa da monarquia parlamentar contra as teses de Quintino Bocaiúva em *A República*. Em 1875 fundou com Machado de Assis e alguns amigos a revista *A Época*, que não passou de poucos números. Naquele ano começou a redigir em *O Globo* um folhetim dominical de crítica. Utilizou-se do veículo para desencadear contra José de Alencar, a propósito de *O jesuíta*, deste último, polêmica na qual deu expressão à rejeição pela geração de 1870 do romantismo indigenista como apoio ideológico à afirmação da identidade brasileira.

Com recursos da herança da madrinha, completados pelo pai, efetuou em 1873-1874 viagem de um ano à Europa, onde conheceu alguns dos maiores intelectuais e políticos do continente e adquiriu por Londres a paixão de toda uma vida. Não vendo perspectivas de uma eleição parlamentar enquanto durasse o domínio dos conservadores, obteve em abril de 1876 o lugar de adido diplomático em Washington. Demorou-se pouco na capital americana, residindo em Nova Iorque ou viajando pelo país na maior parte dos 14 meses que passou nos Estados Unidos.

Sentiu-se intimamente tentado a optar em definitivo pela diplomacia como adido no cobiçado posto de Londres, junto ao barão de Penedo, representante do Brasil, do qual se tornara íntimo. Contudo, quando, em começos de 1878, o retorno dos liberais ao poder abriu-lhe o caminho para essa carreira ou a política, decidiu-se pela última após o falecimento do pai, em março. Com efeito, antes de morrer, o senador Nabuco de Araújo arrancara com dificuldade do dirigente maior do Partido Liberal em Pernambuco o compromisso de incluir o filho na lista de candidatos do partido, o que lhe permitiu ser eleito no último lugar da lista, apesar de ser um virtual forasteiro na província.

#### O LÍDER ABOLICIONISTA

A abolição da eleição em duas etapas e a adoção da eleição direta dominaram a legislatura de 1879-1881, durante a qual se sucederam três ministérios liberais: Sinimbu, Saraiva e Martinho de Campos. Fracassando o primeiro em promover a reforma eleitoral, cedeu lugar, em começos de 1880, a Saraiva, que logrou aprová-la de forma tão diluída que ocasionou redução significativa no número dos habilitados a votar. As concessões dos gabinetes liberais foram energeticamente combatidas por dissidência do partido da qual foi chefe maior José Bonifácio, o Moço, talvez o maior orador da história parlamentar brasileira. Foi apenas aos poucos que Nabuco se sobressaiu no seio dos dissidentes, fazendo-se notar como defensor eloquente da eleição direta, da elegibilidade dos não-católicos, da emancipação dos escravos. Com a passagem de José Bonifácio ao Senado vitalício, afirmou-se sua liderança na Câmara temporária.

No momento em que chegou ao Parlamento, o problema da escravidão ou, por eufemismo, a “questão do elemento servil”, se encontrava adormecida pelo efeito da Lei Rio Branco ou do *Ventre Livre* (28/9/1871). Em *Um estadista do Império* se queixaria do “torpor, da indiferença, que se seguiu à lei, como se o problema da libertação de mais de dois milhões de escravos tivesse sido resolvido pela emancipação dos que ainda haviam de nascer”. Além de nada ter feito pelas gerações atuais, seus efeitos eram demorados em excesso: “Uma escrava nascida em 27 de setembro de 1871, pode ser mãe em 1911 de um desses ingênuos que assim ficaria em cativeiro provisório até 1932” (*O abolicionismo*).

A honra de haver reintroduzido o tema na agenda parlamentar coube ao católico conservador e abolicionista Jerônimo Sodré, cujo discurso de 5 de março de 1879 marcou o princípio de um processo que não mais se deteria até chegar à abolição completa em 13 de maio de 1888. Durou nove anos, atravessou nove gabinetes, com avanços incrementais, às vezes irrisórios, e retrocessos desalentadores, essa luta emblemática da resistência do Brasil à mudança social e cultural. Desdobrou-se em três principais cenários: o do Parlamento; o da propaganda para mobilizar a incipiente opinião pública pelos jornais e os modestos meios da época; o da ação direta junto aos tribunais ou da organização de fugas de escravos e proteção aos foragidos.

Nabuco só não teve papel proeminente nesse último, palco da vigorosa atuação nos tribunais de São Paulo do rábula Luís Gama, único dos abolicionistas que havia sido escravo, e área da ação quase insurrecional das sociedades secretas, sobretudo em terras paulistas, os Caifazes liderados por Antônio Bento e, em grau menor, no Recife, o Clube do Cupim.

Reconhecendo que somente a pressão da opinião pública obrigaria o governo e o parlamento a enfrentar questão que preferiam adiar, os abolicionistas organizaram a propaganda e a agitação por todos os meios legais. José do Patrocínio, tribuno popular e

jornalista da *Gazeta da Tarde*, e o engenheiro e empresário André Rebouças, incansável organizador e financiador do movimento, figuram de modo principal ao lado de Joaquim Nabuco nesse esforço de multiplicar artigos, manifestações públicas, conferências em teatros. Uma das etapas importantes do processo foi a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, da qual Joaquim Nabuco foi eleito presidente, e, mais tarde, da Confederação Abolicionista.

Nabuco teve participação chave na propaganda, sem deixar de manter certa ambiguidade a respeito da mobilização popular, convencido de que a Abolição se faria no parlamento, não na praça pública. Mesmo na Câmara sua evolução foi gradual, aceitando, de início, que a extinção se fizesse por etapas e com indenização, o que se denominava às vezes de “emancipação”, a fim de distingui-la da forma mais radical da “abolição”. Seu primeiro projeto (1879) previa o fim da escravatura apenas para 1890. Derrubada a urgência na votação pelo gabinete Saraiva, o projeto teve o destino selado quando a chefia do governo passou às mãos de Martinho de Campos, que se definia como “escravocrata da gema”.

Nas férias parlamentares de fins de 1880-começos de 1881, viajou à Europa, onde seria acolhido pelo movimento abolicionista em Portugal, Espanha, França, culminando com o encorajamento recebido da Anti-Slavery Society, em Londres. Dissolvida a Câmara, Nabuco, cujas posições independentes e abolicionistas o haviam deixado sem apoio em Pernambuco, candidatou-se pela Corte, resignando-se à derrota certa, como de fato ocorreu. Quase todos os integrantes da pequena bancada abolicionista foram derrotados ou nem sequer se candidataram, como Joaquim Serra. Observa Carolina, sua filha e biógrafa, que foi essa a única das 21 legislaturas do Império, da Independência à República, em que não esteve presente um Nabuco de Araújo. Sem mandato, refugiou-se de 1882 a maio de 1884 em Londres. Sobreviveu de forma modesta como correspondente do *Jornal do Comércio* e consultor jurídico, escrevendo *O abolicionismo* (1883).

Nos quase oito anos em que estiveram no poder os liberais (1878-1885), seus primeiros governos – Sinimbu, Saraiva, Martinho de Campos, Paranaguá, Lafaiete – fizeram tudo para não enfrentar a questão da abolição, que dividia profundamente o partido. Em junho de 1884, o imperador indicou para presidir o Conselho o senador liberal Sousa Dantas, cujo lema seria “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”. Seu projeto era tímido: proibir a exportação interna de escravos, ampliar o fundo de emancipação, libertar os de 60 anos. “Confesso”, escreveu Nabuco, “que quando ouvi o programa de Dantas, tive vontade de rir”.

Mesmo esse quase nada era excessivo para a Câmara, que após negar a confiança ao governo foi dissolvida, convocando-se eleições para dezembro. Apesar da resistência parlamentar, a idéia abolicionista ganhou espaço em 1884, ano da emancipação no Ceará,

no Amazonas e em numerosos municípios do Rio Grande do Sul. De volta ao Brasil, Nabuco, que defendia o gabinete Dantas na imprensa sob o pseudônimo *Garrison*, candidatou-se pelo 1º Distrito do Recife. Em país onde as pessoas se elegiam pela cabala e a imposição, conduziu uma das primeiras campanhas democráticas modernas, apelando à opinião pública, realizando manifestações de massa e conferências no Teatro Santa Isabel, reunidas sob o nome de *Campanha abolicionista no Recife* (1885).

Alegações de fraude e conflitos responsáveis pela morte de dois cabos eleitorais conservadores ocasionaram a anulação da eleição e a realização de novo pleito, com a vitória do líder abolicionista. Rejeitada pela maioria parlamentar, sua eleição seria consagrada logo depois em outro distrito por maioria indiscutível. Nesse ínterim, derrotado pelos escravocratas, o gabinete Dantas tinha cedido o lugar ao segundo governo chefiado por Saraiva. Este lograria aprovar na Câmara o projeto dos sexagenários, ainda mais diluído com a ampliação do limite da emancipação para os 65 anos. A expectativa média de vida não chegava então no Brasil aos 30 anos, tendo sido o projeto justificadamente apelidado de *o monstro*. Nabuco, que o combateu duramente, declarou que essa lei emprestava ao legislador brasileiro “a ganância de Shylock e a hipocrisia de Tartufo”, fazendo-o aparecer diante do mundo “a soldo da escravidão, como o apresador, o carcereiro, o espoliador, o carrasco e o coveiro dos escravos”.

Antes mesmo da aprovação do projeto no Senado, as divisões e incoerências de uma situação política que o deputado pernambucano definiu como “uma solução conservadora com um governo liberal à frente” provocaram a demissão de Saraiva, abrindo o caminho do poder ao governo conservador do barão de Cotegipe. Dando nova demonstração de seu espírito inovador, Nabuco apresentou projeto instituindo a federação, que passaria a ser sua nova bandeira, à medida que a abolição se tornaria realidade. Realizadas novas eleições sob o regime manipulador de que eram mestres os conservadores, viu-se derrotado, passando a desenvolver o melhor de sua atividade na imprensa, sobretudo em *O País*, de Bocaiúva. Publicou na ocasião uma série de opúsculos políticos de grande repercussão: *O erro do imperador*; *O eclipse do abolicionismo*; *Eleições liberais, eleições conservadoras*; *Escravos*; *Propaganda liberal* (1886).

Em 1887, a entrada para o ministério do conselheiro Portela, que o havia despojado do seu mandato no Recife, obrigou a nova eleição na qual Nabuco o derrotou por maioria expressiva. Chefe indiscutível dos abolicionistas, sua volta ao Rio de Janeiro foi marcada por impressionante triunfo popular. No ano seguinte, na regência da princesa Isabel, substituído Cotegipe por outro conservador, o conselheiro João Alfredo, desempenharia papel central na aprovação da Lei Áurea de 13 de maio de 1888. A celebração da Abolição mediante enxurrada de títulos outorgados a escravocratas notórios lhe sugeriu a irônica

observação de que o governo se inspirara no generoso costume de comemorar a data magna indultando famigerados criminosos... Conforme fizera seu pai, recusou o título de visconde. Não tinha fé na república no Brasil “nesta fase de feudalismo e quase vassalagem das classes trabalhadoras”, mas não queria sustentar a monarquia “contra a democracia”. Sua esperança de salvá-la por meio da adoção da federação se chocava contra a vontade expressa da maioria do próprio partido, de retorno ao poder com Ouro Preto. Sem ilusões, ainda se elegeu pela última vez para a legislatura que deveria inaugurar-se a 20 de novembro de 1889 e jamais se reuniu.

#### O INTELECTUAL E O LUTO DA MONARQUIA

A proclamação da República poria fim à sua carreira política para sempre, no momento em que se encontrava no apogeu do prestígio e influência. Acabara de completar 40 anos, dois terços de sua existência, e casara, no começo do ano, com Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inoã, fazendeiro fluminense e sobrinha neta, pelo lado materno, de Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, um dos pilares da trindade saquarema do Partido Conservador. Seu casamento tardio fora o desfecho inesperado da frustração de um dos grandes amores do passado brasileiro, o romance de mais de 15 anos com a riquíssima e formosa mulher de negócios Eufrásia Teixeira Leite, paixão entrecortada por rupturas, desencontros de caráter e oposições da família escravocrata e opulenta da noiva. Do mesmo modo que o pai, sempre viveu aperreado pela falta de dinheiro. Sua situação não estava longe do que chamou de “nossos estadistas pobres (...) que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico (...) e dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos”, tendo-se, nessas duas listas, “os nomes de quase todos eles”. A primeira solução só não lhe resolveu o problema porque se deixou seduzir na viagem de núpcias a Buenos Aires pela irracional exuberância da Bolsa. Teve então a fatídica idéia de nela enterrar as 30 mil libras esterlinas do dote da esposa, dos quais apenas conseguiu salvar uns dez por cento no naufrágio da crise de 1890.

Guardou por dez anos, conforme escreveu, o luto da monarquia, buscando refúgio na casa de Paquetá e mais tarde na de Botafogo. Escreveu a obra de sua vida, *Um estadista do Império* (1898), em homenagem ao pai. Colaborou em *O Jornal do Brasil*, na fase monarquista do diário, recolhendo alguns dos artigos no livro *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1895). É do mesmo ano *Balmaceda*, que reúne escritos estampados no *Jornal do Comércio*. Boa parte do que viria a ser seu livro mais popular, *Minha formação* (1900), tinha saído em *O Comércio de São Paulo*. Em 1901 publicaria *Escritos e discursos literários*, e data de 1906 seu último livro, *Pensées détachées et souvenirs*. Colaborou na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, e ajudou Machado de Assis

a fundar a Academia Brasileira de Letras, da qual foi secretário-geral.

Ganhou a vida com dificuldade e não teve êxito na advocacia, na qual se associou com João Alfredo, nem na tentativa, em 1892, de se estabelecer com a família em Londres. Embora lhe coubesse parte ativa na fundação do partido monarquista, na redação de seu manifesto de 1896 e no seu órgão *A Liberdade*, seu monarquismo aos poucos se tornaria puramente intelectual e afetivo. Recusou adesão ao regime republicano, em processo de consolidação após a turbulência dos primeiros tempos, mas divergências pessoais, de convicção e tática, o afastaram dos monarquistas mais inflexíveis. Com finura proustiana percebia que a intransigência destes últimos era menos a expressão de fé monárquica do que o desejo de continuar a representar o papel que se haviam criado para si mesmos, a fim de bem viver e, sobretudo, morrer bem na tragédia da vida. Não tinha razões insuperáveis para rejeitar as aberturas que lhe fez o governo de Campos Sales, aceitando finalmente o convite para ser o advogado do Brasil, não do governo ou da República, na questão com o governo britânico a propósito dos limites com a Guiana Inglesa.

Em março de 1899 punha término à década de luto pela monarquia, transferindo-se com a família, logo depois, para o estrangeiro, onde viveria até a morte. Muito cioso, no início, de manter a distinção sutil de sua posição pessoal, a força da realidade se impôs passo a passo, e acabou por assumir plenamente as funções de representante diplomático do Brasil em Londres, considerado na época o mais alto posto da diplomacia brasileira.

#### O DIPLOMATA

A derradeira fase de sua vida, a diplomática, se prolongou por quase 11 anos e pode ser dividida em duas metades aproximativas. A primeira, de 1899 a início de 1905, foi basicamente frustrante e coincidiu com a arbitragem da Guiana e a chefia da missão em Londres. A segunda, que somente se encerrou com a morte em 1910, foi inteiramente ocupada pela embaixada em Washington e as relações com os Estados Unidos.

O Brasil não passava de país periférico para os interesses diplomáticos da máxima potência internacional da época, a Inglaterra do ocaso da era Vitoriana. Posto prestigioso e agradável, mas sem substância, Londres deixou a Nabuco tempo para trabalhar na arbitragem sobre a fronteira com a Guiana, apesar de não ser especialista em questões de limites como o barão do Rio Branco. Com pequeno grupo de auxiliares escreveu quase sozinho as memórias em francês, nas quais desenvolveu ao longo de 18 tomos os argumentos brasileiros, publicadas mais tarde sob o título *O direito do Brasil* e entregues ao árbitro, o rei Vitor Emanuel III, da Itália, em 1903.

Em junho de 1904, o laudo arbitral dividia o território em disputa entre os dois litigantes, não considerando plenamente provadas nenhuma das pretensões. Ao traçar a linha limítrofe



por critérios geográficos, a sentença acabava por favorecer um tanto mais a Inglaterra, que recebia 19 mil quilômetros quadrados, contra 13 mil ao Brasil. Levando em conta o diferencial de poder entre os dois países e a doutrina seguida pelo árbitro, era quase um empate técnico. O Brasil vinha, porém, de dois arbitramentos nos quais Rio Branco lograra vitória completa, o do território de Palmas, contra a Argentina, e o da Guiana Francesa. O resultado foi visto como meia derrota pela opinião pública e, ainda mais, por Nabuco, que exclamou horas depois: “Será a causa de minha morte”.

Além desse aspecto pessoal, o laudo o alarmou por se basear não nos títulos de primazia de descoberta e ocupação histórica invocados pelo Brasil, mas nos princípios definidos a propósito do Congo pela Conferência de Berlim de 1885. De acordo com tal doutrina, o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania seria a exigência de posse atual completa e a ocupação efetiva, o que colocaria em perigo dois terços do inocupado território brasileiro daquele tempo. Para o advogado da causa do Brasil, somente a proteção dos EUA e de sua Doutrina Monroe poderiam desencorajar aventuras nessas terras por parte das agressivas potências européias, então em plena fase de imperialismo expansionista. Dessa forma, a principal consequência do seu relativo insucesso no pleito havia sido a conversão definitiva de Joaquim Nabuco ao monroísmo e à aliança não-escrita com os EUA, que propunha como “uma espécie de aliança tática, subentendida entre nossos dois países”, recomendando que “a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington”. Pois, concluía: “uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter”.

Passados poucos meses da sentença, teria a oportunidade de ser o artífice maior de tal política, no momento em que Rio Branco resolveu criar em Washington a primeira embaixada brasileira, nomeando-o embaixador. O chanceler deslocava assim, conforme declarou, o eixo da diplomacia de Londres para Washington. Nesse começo do século XX, não se tinha generalizado ainda o hábito das embaixadas, consideradas apanágio das grandes potências. No Rio de Janeiro, por exemplo, não havia nenhuma embaixada, ao passo que em Washington eram elas apenas sete, as seis grandes potências da Europa e o vizinho México. A elevação ao nível de embaixada, que não podia ser ato unilateral, era vista como mudança qualitativa nas relações entre dois países.

A partir de 1905 expandiu e completou as intuições de Rio Branco a ponto de poder ser considerado coautor do que viria a ser, até ao início dos anos 1960, o paradigma da política exterior brasileira: a aliança não-escrita ou a opção preferencial pelos Estados Unidos. Diante do sistema europeu, controlado pelo Concerto das Grandes Potências, dominando a Ásia e a África, dirimindo suas disputas pelo frequente recurso à força, dirigia suas esperanças para o poder norte-americano, único capaz de garantir uma “zona neutra de

paz”. Descrevia nas seguintes palavras sua aspiração: “A América, graças à Doutrina Monroe, é o continente da paz, e essa colossal unidade pacificadora (...) forma um hemisfério neutro e contrabalança o outro hemisfério, que bem poderíamos chamar o hemisfério beligerante”. Contribuiu desse modo para o reconhecimento da existência de um sistema continental americano distinto e com personalidade internacional própria, consubstanciado na União Pan-Americana, embrião da futura Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesse sentido, o ponto mais alto de sua atuação foi a 3ª Conferência Internacional Americana, que conseguiu fosse realizada no Rio de Janeiro em 1906, e da qual foi o presidente. Convenceu seu amigo, o secretário de Estado Elihu Root, a comparecer à reunião, tendo sido essa a primeira visita de um secretário de Estado norte-americano ao exterior. Para Nabuco a aproximação com os EUA e a organização do sistema pan-americano tinham importância comparável ao que antes tivera a abolição. Foi o que declarou de modo explícito no discurso de agradecimento ao banquete em sua homenagem no Cassino Fluminense por ocasião da conferência: “O destino queria que este resto de vida (...) pudesse ser empregado em uma causa (...) que encheu completamente na minha alma o vazio que aquela grande ideia tinha deixado. Eu me refiro à aproximação entre as duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul”.

Disporia ainda de pouco mais de três anos para consolidar essa obra, em colaboração com Rio Branco a maior parte do tempo, vez ou outra em meio a desinteligências, nunca essenciais, com quem havia sido seu amigo de juventude e se convertera em seu superior hierárquico. Em 1892 reencontrara a fé católica, que passou a ocupar posição cada vez mais central e definidora em sua existência. Nos anos finais de sua ação diplomática, começou a sofrer de surdez e se manifestaram os sintomas da policitemia vera, doença caracterizada pelo excesso de glóbulos vermelhos que provocaria seu envelhecimento precoce, apressando-lhe o fim. Cinco meses após completar 60 anos, morreu em Washington, em 17 de janeiro de 1910, recebendo exéquias consagradoras na capital norte-americana, no Rio de Janeiro e no Recife, onde foi sepultado.

#### CONTRIBUIÇÃO

A soma das contribuições deixadas por Joaquim Nabuco nas três vidas que teve como abolicionista, historiador e diplomata não encontra provavelmente paralelo no passado ou no presente do Brasil. Houve uns poucos que foram capazes de realizações mais importantes em um ou outro desses campos, mas seria difícil identificar alguém que tivesse como ele alcançado igual distinção em todos ao mesmo tempo.

Jamais chegou a ministro, nem na Monarquia, nem na República, carecendo do instrumento

mais apto para agir diretamente sobre a realidade por meio de políticas públicas. Na política interna foi essencialmente parlamentar, e no Parlamento sua ação mais perdurável foi na luta pela Abolição, justificando este juízo de José Veríssimo: “Eloquência das mais perfeitas que hajamos tido, estilo brilhante, nome histórico, reputação mundana, força, mocidade, beleza, tudo pôs ao serviço da causa da abolição, com um não vulgar desinteresse político”. Nunca seria um político “material” ou prático, com acesso aos mais altos postos, e não apenas pela primeira razão apontada pelo crítico: a insubmissão. A razão verdadeira é que, como político, sentia atração não pelo poder, mas pelas idéias. Sempre de acordo com Veríssimo: “Tinha idéias, e gostava de manifestá-las, e então como hoje, era isso um defeito grave aos olhos dos partidos”.

Sua repulsa à escravidão não era sentimental ou afetiva, mas racional, analítica, fruto da profunda compreensão sociológica de que a instituição servil é que tudo definira no Brasil, a economia, a sociedade, o Estado, o poder político, impedindo o desenvolvimento de um mercado consumidor, de classes trabalhadoras autônomas, de uma economia industrial, de um país formado de cidadãos, não de escravos. Como afirma Evaldo Cabral de Melo: “Nabuco foi o primeiro a articular numa visão da sociedade brasileira a intuição segundo a qual o regime servil é a variante sociológica que a explica de maneira mais abrangente”. Julga por isso que *O abolicionismo* pode ser lido como introdução sociológica e complemento a *Um estadista do Império*.

“Dessa obra máxima da historiografia nacional”, Francisco Iglésias asseverou: “pela amplitude documental, pelos quadros políticos e situações, acuidade das análises psicológicas e sociológicas, profundidade das interpretações, estrutura severa e linguagem – clássico de estilo fluente, elegante e agradável – pode-se dizer que este é um livro sem igual na historiografia brasileira (...) diria que é o seu ponto mais alto”. Wilson Martins, que a considerou “a melhor história jamais escrita do Segundo Reinado”, escreveu que seu aparecimento lançara no Brasil “o modelo definitivo da biografia política, assim como *Minha formação* lançaria o da autobiografia, um ano mais tarde”.

O melhor que ficou de Nabuco foi a luta pela Abolição na juventude e os grandes livros da maturidade. O que veio depois, a volta à diplomacia, deixa a impressão de um doce crepúsculo. Na diplomacia, embora brilhante, não dispunha do poder de iniciar e decidir: os papéis que desempenhou foram menos centrais que os de Rio Branco, mais distantes da opinião pública nacional. É simbólico de como se haviam invertido as situações dessas duas grandes figuras entre o Segundo Reinado e a República que o embaixador em Washington deveria finalmente morrer longe da pátria, enquanto o chanceler faleceria, dois anos depois, em pleno gabinete de trabalho no Itamarati.

Apesar das limitações inerentes à subordinada posição de executante, superou Rio Branco

como pensador e conceituador de uma diplomacia nova da qual foram ambos autores. Foi também dos raros que souberam aliar à força do pensamento as qualidades de execução e desempenho inseparáveis do agente diplomático. Dos seus sucessores nos Estados Unidos, somente Osvaldo Aranha chegou um pouco mais perto na capacidade de somar à influência em alto nível na capital americana a irradiação política e cultural própria junto aos meios dirigentes brasileiros.

Homem completo até na beleza e prestantia físicas, na perfeição, elegância e encanto com que se distinguia mesmo nas futilidades da vida diplomática, o incomparável Joaquim Nabuco foi não só cronologicamente o primeiro, mas o maior de todos os nossos embaixadores. Dele se poderia dizer o que escreveu Federico García Lorca a respeito de Ignacio Sánchez Mejía: *“Tardará mucho tiempo en nacer, si es que nace / un andaluz tan claro, tan rico de aventura”*.

Seu epitáfio definitivo está gravado no discurso de Gilberto Freire na Câmara dos Deputados em 20 de maio de 1947: “Um Brasil que tem entre os homens públicos (...) um político, um parlamentar da grandeza e da atualidade de Joaquim Nabuco, não deve (...) deixar que essa grandeza seja esquecida (...) principalmente numa época (...) marcada pela desconfiança (...) de que todo político brasileiro seja (...) um politiquês e todo homem público, um mistificador; e de que a política (...) os congressos sejam inutilidades dispendiosas, senão palhaçadas ou mascaradas prejudiciais ao povo (...). Nabuco é uma das maiores negações dessa lenda negra com que se pretende desprestigiar, entre nós, a vida pública, a figura do político, a ação dos parlamentos (...). Os brasileiros de hoje, os moços, os adolescentes, os que vão amanhecendo para a vida pública, é este o Nabuco que precisam conhecer de perto: o político que foi também homem de bem. O político que não separou nunca a ação da ética”.

*Rubens Ricupero*

FONTES: ALONSO, A. *Joaquim*; BEIGUELMAN, P. *Joaquim*; BELLO, J. *Novos*; BURNS, E. *Unwritten*; OSTA, J. *Joaquim*; FREIRE, G. *Joaquim*; NABUCO, C. *Vida*; NABUCO, J. *Diários*; NABUCO, J. *Estadista*; NABUCO, J. *Obras*; NOGUEIRA, M. *Desventuras*; SALLES, R. *Joaquim*; VIANA FILHO, L. *Vida*.